

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTE
CURSO DE PEDAGOGIA

JOÃO VITOR SILVA RIBEIRO

**DESIGUALDADES DE ACESSO DE ESTUDANTES NEGROS/AS NO ENSINO
SUPERIOR: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PORTARIA N°1025/2019 DA UEM**

Nome do Orientador (a) : Dra Marivânia
Conceição Araújo

Documento assinado digitalmente
 MARIVANIA CONCEICAO DE ARAUJO
Data: 05/12/2024 14:21:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOÃO VITOR SILVA RIBEIRO

DESIGUALDADES DE ACESSO DE ESTUDANTES NEGROS/AS NO ENSINO
SUPERIOR: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PORTARIA N°1025/2019 DA UEM

Monografia apresentada como requisito parcial para aprovação na disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso”, do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Maringá.

Nome do aluno (a): João Vitor Silva Ribeiro

Nome do Orientador (a) : Dra Marivânia Conceição Araújo

Documento assinado digitalmente
 MARIVANIA CONCEICAO DE ARAUJO
Data: 05/12/2024 14:21:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARINGÁ

2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão de curso, a cada pessoa negra que compõe a sociedade brasileira, foi através da ancestralidade negra e das suas histórias que pude ter forças para tecer essas reflexões. Muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, que me faz entender que o nosso propósito se torna maior quando entendemos que portas fechadas podem significar a abertura e o fortalecimento de novas histórias e sonhos.

A minha família, agradeço por todo o apoio incondicional no momento em optei seguir o caminho da educação, um caminho desafiador e que tem me oportunizado estar em espaços que jamais imaginei. Deixo aqui três nomes que foram figuras fulcrais na materialização desse sonho que está no final são eles: Minha mãe Regina Aparecida da Silva, um mulher negra e doméstica que vislumbrou um futuro diferente do seu a este que vos escreve e foi por meio do suor do seu trabalho que este sonho está se tornando realidade, a você mãe eu dedico tudo que construí academicamente te amo demais. A minha falecida avó Maria Inez Siqueira que foi a minha companheira de novelas e momentos divertidos e que me cobrava a confecção de tarefas da escola sem mesmo saber ler e escrever. E que adotou um neto que não possuía laços sanguíneos semelhantes, mas foi aprofundado pelo amor incondicional envolvido. Agradeço a sua proteção em outro plano avó e todas as broncas que ainda me dão em meus sonhos, vou sempre te amar. E por fim, a minha tia Simone Marin, uma pedagoga que me fez vivenciar antes mesmo da graduação experiências com essa realidade por ser pedagoga a 20 anos e por todos os conselhos que me fizeram crescer como ser humano e um homem, agradeço a todos esses momentos você é muito especial para a minha pessoa.

Gostaria de agradecer aos meus amigos que se tornaram tantos ao longo desses 5 anos, alguns desde do ensino médio, são eles: Diego Pereira , Emanuely Mariz, Gabriely Gouvêa, Kathelen Rodrigues , Matheus Marques e Yasmin Vitória que a cada encontro não escondem o orgulho que estão sentido deste concluinte e sempre me acolhendo com palavras de incentivo e afetividade, mesmo nos momentos mais difíceis. As minhas amigas da faculdade que são: Ana Claudia Correia , Ana Heloisa Coelho, Julia Almeida de Oliveira e Eliana Tinti que durante a minha estadia no curso foram minhas parceiras de reflexões e angústias e me mostraram através de um companheirismo ímpar que a educação é ato de amor e resistência. Vejo vocês na escola. E por fim, gostaria de agradecer 3 amigos que o meu trabalho me proporcionou conhecer são eles: Anderson Vidal , Júlia Magalhães

e Emanuelle Mendes, pessoas que fazem o meu dia extremamente melhor, mesmo nos piores momentos dentro de um ambiente desafiador que é o trabalho, os seus sorrisos foram capazes de me fazer sair do limbo da dor e me deram forças para buscar uma nova realidade da mesma forma que vocês fizeram. Hoje não estamos mais juntos todos os dias. Mas sempre estaremos juntos por uma laço mais forte que a convivência que é a amizade a vocês todas as manifestações de carinho, amo vocês com todo o meu coração.

Gostaria de agradecer aos professores e funcionários de meus antigos colégios e da UEM que atuam todos os dias para que a educação pública possa resistir frente aos ataques do capital, este que vos agradece é um resultado de todos vocês e quem breve estará mais intencionalmente com vocês nessa luta. Abraços e carinho a todos.

Por fim, gostaria de agradecer à minha orientadora a Dra Marivânia Conceição Araújo que aceitou esse desafio com um carinho e uma doçura imensurável, a mesma me ouviu com um carinho inexplicável e fez entender por que os seus escritos mobilizam sentimentos a todos que os leem e os fazem entender que a luta do coletivo negro e a chave para finalmente alcançarmos a democracia racial, a senhora professora as minhas sinceros agradecimentos e admiração foi incrível todas as suas orientações e apontamentos a cerca da construção desse texto.

Precisamos ser criados para a liberdade. O mundo é grande demais para não sermos quem a gente é.

Elza Soares (1930-2022)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC), buscou compreender o caminho que foi percorrido até a implementação das cotas raciais no ano de 2019, através da portaria N° 1025/2019/GRE. O objetivo geral foi de percorrer quais os maiores desafios de estudantes negros/as acessarem no ensino superior e quais os benefícios dessa política para os estudantes periféricos de toda a região de Maringá, visto o contexto social que estamos inseridos atualmente. O primeiro tópico visa percorrer o contexto histórico da população negra, até as discussões em torno das cotas raciais. A segunda seção busca evidenciar as problemáticas do racismo estrutural, um fenômeno que precisa ser entendido como de adoecimento social. Por fim, a terceira seção aborda o contexto que permeou a implementação na política de cotas raciais na UEM. Destacando essa política, como uma maneira de mobilidade social e construir vertentes ligadas à democracia racial.

Palavras chave: Cotas Raciais, Racismo e Ações afirmativas

Title: ACCESS INEQUALITIES OF BLACK STUDENTS IN HIGHER EDUCATION: AN ANALYSIS BASED ON ORDINANCE N°1025/2019 OF THE STATE UNIVERSITY OF MARINGÁ

ABSTRACT

This course conclusion paper sought to comprehend the trajectory taken until the implementation of the racial quotas in the year of 2019, through the ordinance N° 1025/2019. The overall purpose is to analyse what are the biggest challenges of black students to access higher education and what are the benefits of this policy to the students from the periphery of all the regions of Maringá, given the historical background that we are currently in. The first topic aims to investigate the black population's historical background, until the discussions around the racial quotas. The second subject searches for evidence of problems of structural racism, a phenomenon that must be comprehended as a social sickness. Lastly, the third part discusses the context that permeated the implementation of the racial quotas at UEM, emphasizing this policy as a manner of social mobility to construct aspects related to racial democracy.

Keywords: racial quotas; racism; affirmative actions.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	3
RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	7
INTRODUÇÃO.....	9
POPULAÇÃO NEGRA E AS COTAS RACIAIS: UMA HISTÓRIA QUE MERECE SER CONTADA.....	14
RACISMO ESTRUTURAL: A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO DESTA TEMÁTICA.	20
COTAS RACIAIS NA UEM : GESTÃO, IMPLEMENTAÇÃO E PERMANÊNCIA.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	35
LEITURAS COMPLEMENTARES.....	35

INTRODUÇÃO

Em uma manhã chuvosa de sexta-feira, um menino de 17 anos negro recebeu a notícia que ingressaria em uma das maiores universidades do país, oriundo de uma política pública afirmativa dentro de um sistema econômico-social que oportuniza jovens periféricos a frequentarem um espaço que sempre foi palco da elite, escapar desta ótica, traz consequências que marcam gerações e são vistas como a mais profunda manifestação de alegria e satisfação. Esse menino decidiu não se calar e, desta forma, o “menino” tem por objeto de pesquisa a política de cotas raciais no Ensino Superior brasileiro, e como recorte espacial a recente política de cotas de acesso à Universidade Estadual de Maringá (UEM). A pesquisa também é um grito de resistência, argumentação, formação e uma *carta aberta* a todos os irmãos negros e negras que compreendem mais 54% deste país (2010) . Diante disso, grito com todo o meu fôlego: é possível!.

Contextualmente, a Universidade Estadual de Maringá tardiamente adotou essa medida, fruto da resistência de docentes e acadêmicos que não pereceram acerca de um contrato social/racial que os mesmos estão a mercê quando se delcaram declaramos negros Por meio da portaria **Nº 1025/2019/GRE¹**, instituiu-se que 20% das vagas do vestibulares serão destinados a jovens auto declarados e comprovadamente negros(a). A autodeclaração deverá ser deferida por uma comissão de heteroidentificação. As cotas raciais no vestibular é uma temática que ensejou muitos debates no ambiente universitário e também no âmbito da sociedade civil e que recém completou cinco anos simbolizando a luta de corpos negros e movimentos sociais que debateram e deliberaram a favor dessa política afirmativa tão necessária. Uma vitória de jovens como esse que vos escreve, não tive a oportunidade de entrar por essa política, fui egresso das vagas que compreendem as cotas sociais de quem estudou integralmente em escola pública, mas acompanhei amigos que ingressaram por meio dessa política de ação afirmativa potente.

Essa política se tornou possível mediante as reivindicações que originaram o Decreto 4876/2003 e a Lei Federal nº 12.711/2012¹, que ficou conhecida como a normativa que deixou a cargo das instituições de ensino superior federais a obrigatoriedade de instaurar o processo de cotas raciais em seus vestibulares, diretriz essa que instigou os movimentos estudantis e sociais a lutarem pelas cotas raciais por ser

¹ Link da Lei Nº 12.711/2012: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

uma política de ação afirmativa que possibilita a reparação histórica à população negra e permite o acesso aos seus filhos o acesso ao ensino superior.

Diante dos fatos apresentados chegamos ao cerne desta pesquisa, inspirado por essa política me vejo tentado a discorrer a seguinte problemática: Quais os principais desafios de acesso de jovens negros (as) na UEM. Essa temática tem como objetivo a análise documental/bibliográfica da portaria que instituiu as cotas raciais na UEM e outros aspectos que influenciam a cerca dessa luta social. A UEM é uma instituição de ensino superior pública, necessitando ser objeto social para a construção e fortalecimento de bens públicos a serem utilizados a combaterem as mazelas que cercam a sociedade brasileira. Essa afirmação materializa as justificativas que irão compor essa pesquisa, a universidade é um espaço de discussões profícuas do ponto de vista científico, político e social, nesse sentido, para os jovens negros é relevante ocupar esses espaços de discussão, se instrumentalizando para que a bolha que compõe as desigualdades sociais, seja furada criticamente.

A portaria que estabelece a política de cotas para negros na UEM é resultado de lutas que não restringem ao momento de sua homologação no campus da Universidade Estadual de Maringá., O percurso histórico da população negra é relevante, e merece ser elencado por destacar a trajetória de um povo que perpassou por um período acachapante que durou dos anos aproximadamente de 1539 com a chegada dos primeiros escravizados ao Brasil e perdeu até o ano de 1888. Importante trazer esse adendo para destacar que as cotas sociais não são uma política de “privilégio”, pois são discursos pós-modernos da meritocracia, objetivando falsear desigualdades estruturais. Afinal, é relevante ser pontuado que no sistema atual que estamos inseridos, seres humanos não partem no mesmo lugar quando se aventura na busca pela mobilidade social, ter esse entendimento é primordial para que o real sentido das políticas de cotas seja divulgado e entendido pelo seu público alvo. Que é oferecer condições para que jovens negros (as) ocupem espaços de conhecimento como a academia, um ambiente que tem condições para refletir e analisar as mazelas em sua plenitude, levando o indivíduo a flertar com a emancipação e como um entendimento profícuo da desigualdade social presente na realidade brasileira.

³ Daniara Thomas (2022) e Delton Aparecido Felipe (2022)

Dissertar sobre a história do povo negro é reavivar uma historicidade que para a branquitude⁴ é preciso ser esquecida, quando o senegalês Cheikh Anta Diop (1923-1986) em 1954 discutiu em seu tese de doutorado intitulada “Nações negras e Cultura- Da Antiguidade negra egípcia aos problemas culturais da África”, destacando o papel do continente africano como berço das civilizações, o autor foi enfático em explicar em seus escritos que a população egípcia seu objeto de estudo tratava-se de um povo a frente de seu tempo, no qual, os mesmos foram precursores primários de inúmeros vetores contemporâneos possui as suas raízes culturais e territoriais interligados a negritude. Disseminando que a população negra são agentes históricos e produzem conhecimento para entender a dinâmica mundial, não sendo apenas objetos de estudos mas eram sujeitos de conhecimento embora a sociedade não os queira neste espaço.

A trajetória do povo negro no Brasil, foi extramente desafiadora, cujo o passado escravocrata deve ser sempre revisitado, porém nunca mais instaurado. Revisitado para entender que a crueldade foi o aspecto principal deste período no qual os senhores de escravos não apenas exploravam fisicamente a população negra, mas intelectualmente cerceando o seu direito de ir e vir e de escolher os seus próprios caminhos. Conhecer esse passado obscuro é relevante para entender como a políticas cotas nasce, afinal, as primeiras décadas pós-escravidão permitiam a liberdade jurídica a população negra, porém, não proporcionava a sua ascensão social ou de frequentar os espaços que lhe davam subsídios para tal prática.

Diante dessa prerrogativa, intelectuais como Abdias do Nascimento (1978) em seu livro Genocídio do Negro Brasileiro: Um processo de racismo mascarado, destaca que a liberdade do povo negro foi necessária naquele período pois, as formas de exploração se modificaram com a chegada do capitalismo, as fazendas deram lugar ao sistema fabril o que alterou a perspectiva de exploração, no qual o autor classificou está linha de pensamento como o “Mito do Africano livre” , destacando que em seu início a liberdade de corpos negros apenas legalizou o processo de genocídio que ocorrerá, no qual a população negra impedida de ocupar os espaços de conhecimentos eram designados para serviços militares e para a lutas guerrilhas

⁴ A branquitude de acordo com Bento (2022) se expressa em uma repetição ao longo da história, de lugares de privilégio assegurados para as pessoas brancas, mantidos e transmitidos para as novas gerações

sobre a perspectiva de estarem sendo “úteis” à dinâmica social. Como discorre o autor:

Para se tornarem, mesmo precariamente livres, muitos se inscreveram: buscaram a liberdade de morrer nas guerras dos colonizadores escravocratas. A covardia de tal processo de conscrição se demonstrava revoltante através do comportamento dos filhos do senhor branco: quando convocados para servir o exército, enviavam em seu lugar o escravo, preferindo arriscar a vida negra antes que a sua própria vida branca (Nascimento, 1978, p 65-66).

Além de aspectos históricos que permeiam e fundamentam a políticas de cotas raciais, outro aspecto relevante que precisa ser destacado é o racismo estrutural uma problemática que adoce e coloca em alerta a importância de superar este retrocesso que para a sociedade brasileira caminhe no sentido da igualdade de condições e oportunidades. Não é o intuito do capital que essas mazelas sejam superadas, tendo em vista que a desigualdade é um dos eixos norteadores do sistema. O racismo, de acordo com Almeida (2019) em sua definição científica, se caracteriza por atitudes antagônicas e discriminatórias a determinados grupos e etnias sociais e se torna estrutural à medida que os seus aspectos impedem esse indivíduos a ascender socialmente simplesmente por serem quem são.

O ensino superior é um espaço de reflexão e de exercitar o senso crítico, lugar este que é historicamente branco, se tornando uma contradição à medida que o Brasil é conhecido por ser uma nação miscigenada com 54% da sua população sendo preta ou parda. As cotas raciais nos mostram a importância da ocupação de espaços por parte destas populações, a UEM é uma universidade referência no processo de produção de conhecimento e foi por meio de discussões e lutas intencionais que em 2019 a portaria **Nº 1025/2019** institui por lei que 20% das vagas de seu processo seletivo deve ser destinado ao sistema de cotas raciais, se apoiando em critérios como comissões de heteroidentificação para atestar a veracidade dos fenótipos e verdadeiramente incluir pessoas negras e perdidas ao espaço de conhecimento que é a academia. Como descreve o art. 5º, da Resolução N°028/2019- CEP²

Para a implantação do Sistema de Cotas para Negros de acesso aos cursos de graduação da Universidade, a que se refere o Artigo 2º [ofertadas em Processo Seletivo Vestibular], é destinado 20% das vagas do vestibular para os candidatos que optarem por essa forma de ingresso que se autodeclararem negros (pretos ou pardos), sendo que $\frac{3}{4}$ desses candidatos devem atender aos critérios da Resolução n.º 012/2010-CEP[condição social], e $\frac{1}{4}$ independente desses critérios, em cada curso e turno, sendo que em casos onde este percentual represente um número fracionário, deve

² Resolução que aprova a implantação de Cotas para Negros (pretos e pardos) e sua regulamentação.

ser feito o arredondamento para o número inteiro mais próximo (GRE-UEM, 2019, p.2).

Na contemporaneidade é possível identificar que o capital instaurou uma política denominada política da meritocracia, sendo o seu objetivo primeiro a crítica e a banalização de políticas de mobilidade social como o sistema de cotas. Se pautando em exemplificações isoladas para generalizar o aspecto da “força de vontade” como vetor principal para a ascensão no sistema capitalista, sem levar em conta que as desigualdades sociais são fruto de problemáticas estruturais e que políticas de cotas são acessos de correção e reparação as injustiças históricas que a população negra foi submetida ao longo da formação da sociedade brasileira. Porém, o que seria o capital? para Karl Marx (2013) o capital se descreve como uma estrutura monopolizada que guia uma sociedade em busca do mais-valia, um termo que define que a classe proletária são os produtores dos bens de consumo, mas devido a exploração econômica e social, pouco usufruem desses recursos e conseqüentemente são mal remunerados. No qual, o mesmo se concentra na mão de poucos indivíduos, produzindo desigualdades estruturais, adversidades essas que alimentam o sistema capitalista.

Charles W. Mills (2017) salienta em seu livro o “contrato racial”, que é preciso considerar que existem adendos importantes a serem destacados pensamento de Marx (2013), o autor destaca que existem as estruturas de poderes legítimas que são para ser obedecidas, sendo as mesmas em sua totalidade controlados no âmbito filosófico e político por pessoas brancas, havendo uma naturalização do privilégio branco frente à dinâmica social. No qual corpos negros assinam um espécie de contrato de subalternidade. Denominado contrato racial. Sendo esse um dos mecanismo de alimentação do capital ainda mais excludente, que fomenta as desigualdades que o mesmo propicia para perpetuar instituições e indivíduos em espaços de influência e privilégio na dinâmica social.

É relevante salientar que o percurso histórico da luta do movimento negro, não foi um processo linear no qual os direitos foram obedecendo uma lei natural, todo o trajeto foi coberto de angustias, lutas e mortes para a conquista desta política de mobilidade. Felipe e Lima (2022) destacam que o sistema de cotas raciais perpassa por três eixos necessários que são gestão, implementação e permanência. A gestão dos autores referem-se ao pensar as ações afirmativas na perspectiva negra, sendo necessário que figuras negras sejam sujeitos participantes neste processo seletivo

mas para que a políticas das cotas raciais não sejam banalizadas, tendo como vitórias as comissões de heteroidentificação. No campo da implementação o livro destaca a luta para a implantação na Universidade Estadual de Maringá, no qual a mesma foi a última grande instituição paranaense a adotar a política. Por fim/ no campo da permanência é possível discorrer o papel relevante da luta dos coletivos negros em denunciar a importância das políticas de fomento para que esses acadêmicos permaneçam e apresentem a sua perspectiva histórica e social na universidade brasileira que se caracteriza como um espaço ainda elitista e majoritariamente branco.

Coletivizar a temática se torna necessário à medida que na atualidade vemos o surgimento de atores sociais que flertam com a necropolítica⁵ e pregam discursos contra vetores sociais produtores de políticas públicas. Almeida (2019) discorre que em estados totalitários o poder do colonialismo esteve sempre presente no slogan de campanha de seus líderes como no nazismo e no fascismo por exemplo. É perceptível que o capitalismo está em um momento de crise e com a ascensão da extrema direita em várias partes do mundo vemos estas práticas tentarem ser protagonistas outra vez. Sendo necessário o debate acerca da desconstrução da ideia equivocada que as políticas públicas produzem privilégios pelo contrário, elas visam corrigir desigualdades oriundas do colonialismo e das relações capitalistas contemporâneas e para que os debates acerca da democracia racial saiam do campo imaterial para a concretude de serem implementadas em sociedade.

POPULAÇÃO NEGRA E AS COTAS RACIAIS: UMA HISTÓRIA QUE MERECE SER CONTADA

Destacar o percurso da história negra ao longo da história é muito mais que um processo de reconhecimento, afinal foi no continente africano que tivemos os primeiros relatos de civilizações que atuam na sistemática da “pólis”, mas precisamente no ano de 3500 a.c. O Egito faraônico nos trouxe imensas contribuições sejam elas na escrita com os seus hieróglifos ou para áreas da vida com a agricultura que permeia os períodos de seca do Rio Nilo, organizações

⁵ Termo criado pelo intelectual Camaronês Achille Mbembe (2018) que explica que com esse termo, sua proposta era demonstrar as várias formas pelas quais, no mundo contemporâneo, existem estruturas com **o objetivo de provocar a destruição de alguns grupos**. Essas estruturas são formas contemporâneas de vidas sujeitas ao poder da morte e seus respectivos **“mundos de morte”** – formas de existência social nas quais vastas populações são submetidas às condições de vida que os conferem um status de “mortos-vivos”. Fonte: MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

sociais ditam a relevância na evolução das relações humanas . Este breve relato vem no sentido de explicitar que o povo negro não era formado por grupos sociais subdesenvolvidos como é contado nos livros de histórias, com a chegada dos europeus a africa e posteriormente a américa veio para reafirmar ações imperialistas e genocidas, afim de perpetuar a ideia deturpada que apenas o seu povo merecia viver em harmonia e com vieses ligados ao progresso. E para isso todos os outros nativos de outras regiões deveriam girar essa roda social para que essa realidade pudesse se materializar.

Nascimento (1978) descreve a escrita como o “mito do senhor benevolente”, descrevendo que a cultura brasileira se formulou mediante um mistura de povos que vieram de 3 continentes, vindo com eles as suas características físicas e espirituais, tendo o tempo todo essas realidades confrontadas a fim de formular uma nova identidade para o país . Os europeus descrevem o ano de 1500 como o período da “descoberta” do território brasileiro, ceifando vidas em prol de um dito progresso europeu. Os africanos começaram a ser trazidos para o Brasil no ano de 1530 no qual rapidamente a sua cultura, vestimenta e espiritualidade foram retiradas de suas vivências e reduzidas ao esquecimento.

O papel do corpo negro teve uma função meramente de produto para o funcionamento para a economia parasitária brasileira, é relavante dissertar que Nascimento (1978) destaca que os serviços ligados ao manejo agrícola era de função das pessoas escravizadas sem qualquer remuneração por essa prática ou até mesmo condições dignas de trabalho, sua morada eram construções hostis permeadas por correntes que não tinham o seu peso original mas carregavam em suas composições sangue e vidas que foram interrompidas em vias de um suposto “progresso” . A espinha dorsal da sociedade brasileira se constitui mediante a quebra de inúmeras orgãos semelhantes de individuos negros escravizados.

No período da independência no ano de 1822, o imperador D. Pedro II, um “ídolo” que é sempre citado nos livro de histórias proclama a independência com a ajuda de vários segmentos sociais inclusive com pessoas já discutiam ideais abolicionistas tendo uma visão que essa prática de profundo genocídio sempre foi um retrocesso social. Mas como qualquer ídolo europeu que o Brasil tende a reverenciar, o mesmo seguiu com essa prática acachapante. Somente em 1888 com a pressão de libertários encabeçados por personalidades abolicionistas e não pela

princesa que encabeçou o nome da lei que aboliu as práticas escravocratas no país, a famosa Lei Áurea.

Nascimento (1978), em seu livro criou o “Mito do Africano Livre”, uma prática que o autor descreve que as correntes foram substituídas pela insalubridade dos postos de trabalho a que a população negra foi submetida. Aos povos negros restavam os postos de trabalhos mal remunerados em lavouras de senhores que foram os seus algozes durante o período escravocrata. Além do exército brasileiro que nada mais representou do que um genocídio indireto e direto, afinal inúmeros negros foram mortos em conflitos e guerrilhas que o Brasil participou como o conflito da Cisplatina⁶ (1825 a 1828) e guerra do Paraguai⁷ (1864 a 1870). Conhecer sobre esses percursos históricos nos faz entender que a população negra foi vítima de um processo de sabotagem social ao longo da construção da sociedade brasileira, sendo tirados de sua realidade, tendo que ser obrigados a perderem o seu traços culturais afim de um suposto “progresso mundial” as custas dos sangue negro é uma ideia extramente deturpada da realidade. As cotas raciais desafiam esse pensamento de deixar corpos negros em lugares de subalternidade e por isso são tão questionadas pela elite brasileira que prega que os corpos negros não devem adentrar espaços como a academia que é um ambiente de reflexão crítica e de percepção da realidade.

Em uma tentativa de embranquecer a sociedade brasileira no período da república, Nascimento (1978) enfatiza que após a escravatura o governo incentivou a política de imigração de indivíduos oriundo do continente europeu para habitar o solo brasileiro, os doando terras para que pudessem se restabelecer e disseminar o seu aporte cultural. Não era desejo dos governantes que a população brasileira fosse majoritariamente negra. Sendo possível destacar que essa estratégia fez parte da continuidade do genocídio a população negra. O autor destaca que aos povos negros serviam os cargos de subalternidade, como os capitães do mato, no qual a tarefa era caçar e punir os seus semelhantes que tentavam escapar daquele espaço de opressão. Diante disso, mesmo informa que:

⁶ Este conflito vitimou cerca de 8 mil soldados brasileiros. Fonte: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/sites-tematicos-1/brasil-oitocentista/conheca-o-acervo/cisplatina-1a.

⁷ O conflito vitimou 60 mil soldados brasileiros. Fonte: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-terror-das-doencas-na-guerra-do-paraguai/#:~:text=A%20guerra%20terminou%20com%20cerca,mais%20da%20metade%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o>.

Situado no meio do caminho entre a casa grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante; durante a escravidão ele foi capitão-de-mato, feitor, usado noutras tarefas de confiança dos senhores, e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo da nossa "democracia racial". Nele se concentraram as esperanças de conjurar a "ameaça racial" representada pelos africanos. E estabelecendo o tipo mulato como o primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil. (Nascimento, 1978, p. 69).

A população negra ao longo da construção da sociedade brasileira sempre precisou enfrentar resistência da grande elite intelectual e financeira para ser reconhecida como atores sociais importantes para a comunidade brasileira. Pós-Segunda guerra mundial trouxe a visão que o espírito imperialista pairava em todo mundo, uma clara tentativa de perpetuar a branquitude nos espaços de poder, e qualquer iniciativa que fugisse dessa ótica merecia a morte. Hitler e Mussolini não foram os únicos que compactuam com o pensamento eurocêntrico como forma de sociedade perfeita. O racismo e o preconceito entre a população negra percorre a sociedade brasileira. Mesmo com 54% (2010) da população sendo de origem africana. Para Nascimento (1978), restavam a essa população a subalternidade das fábricas e a ambientação da favela, construções irregulares sendo frutos do desespero da população não ter um espaço para se restabelecer. No qual o projeto é de reduzir a cultura negra como uma questão folclórica que não existe criticidade e nem uma história a se valorizar. Em contrapartida, a cultura branca é vista como o ideal próspero como o modelo ideal que deve imperar nas relações de poder. Diante desta ideia o autor destaca que:

Cultura africana posta de lado como simples folclore se torna um instrumento mortal no esquema de imobilização e fossilização dos seus elementos vitais. Uma sutil forma de etnocídio. Todo o fenômeno se desenrola envolto numa aura de subterfúgios, e manipulações, que visam mascarar e diluir sua intenção básica, tornando-o ostensivamente superficial. Os conceitos originários da Europa ocidental que informam e caracterizam uma supostamente cultura ecumênica, predominam neste país de negros. Para esta cultura de identificação branca o homem folclórico reproduz o homem natural. Aquele que não tem história, nem projetos, nem problemas: ele possui de seu apenas sua alienação como identidade. Sua identidade é, pois, sua mesma alienação. Desde que a matéria-prima é o não-ser que aguarda a forma, podemos concluir, a respeito do folclore negro, ser ele uma espécie de matéria-prima que os brancos manipulam e manufaturam para obter lucro (Nascimento, 2018, p. 119).

O perigo de uma história única é vender uma ideia que sempre foi o único modelo de indivíduo que construiu toda a nossa base social, estereotipando os

espaços que cada população deve ocupar. Ou seja, aos negros (as) restava os postos de trabalhos subalternos que tinham o instituto da servidão, no qual a ideia de ocupar os espaços de pensamentos estão fora de cogitação. Adichie (2019) discorre que a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Sendo essas incompletudes que precisam ser desconstruídas, é preciso se enxergar nos espaços de decisões, mesmo que não sejam o instituído do capital. A história do Brasil não iniciou com a vinda dos portugueses ao território brasileiro e tão pouco a cultura brasileira é exclusivamente formada no seio da cultura eurocêntrica, é preciso reconhecer a importância dos corpos negros para a construção da nação que conhecemos hoje.

No ano de 2003 com a lei N°10.639 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e aplica a obrigatoriedade do ensino da cultura e história da África nos currículos das escolas de ensino fundamental no Brasil. O currículo é um documento ideologicamente muito poderoso, sendo responsável pela disseminação dos conteúdos que serão trabalhados nas instituições de ensino. A lei materializa o reconhecimento da relevância da história da cultura afrobrasileira para a formação da sociedade brasileira, porém a lei não prevê sanções em caso da não aplicabilidade de seus inscritos. Sendo perceptível que seus escritos estão em documentos normativos da educação básica como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) mas de forma rasa e pouco intencional. Destacando o que Nilma Lino Gomes (2017) discorre em seus escritos, existindo a necessidade de criação de uma pedagogia da emancipação no campo da diversidade, conhecimento este que foca em dar voz e direitos a indivíduos historicamente marginalizados pela sociedade como negros/ e LGBTQIAPN+. Uma pedagogia que resgate a cultura, e o pensar negro em sociedade, interligando correntes com esse pensar para a formalização de ações afirmativas que verdadeiramente o seu público alvo.

Propagar o percurso histórico da população negra é um tarefa relevante ao modo que exercitamos a prática de dar voz a quem historicamente teve a mesma cerceada pelo capital, corpos negros são sempre tratados como “outro” na dinâmica social, principalmente mulheres negras. A escritora portuguesa Grada Kilomba (2019) destaca ideais de que a mulher negra é o outro do outro, pois é o outro do homem e o outro do branco, a antítese da masculinidade e da branquitude, estando hierarquicamente na posição mais vulnerável na supremacia patriarcal e colonial. Na visão da academia, estudos que atendem a semântica negra muitas vezes causam aversão

em indivíduos que não entendem que a universidade pública precisa abordar todas as visões da realidade e não apenas a da branquitude.

Instituições de ensino superior adotaram o sistema de cotas raciais à mais tempo que a UEM, Lei de Cotas (12.711/2012) foi relevante por estatizar a importância das instituições aderirem o sistema de cotas raciais, sendo importante o debate da pluralidade acerca do ambiente acadêmico, reconhecendo o espaço universitário é ocupado majoritariamente por brancos, sendo necessário desafiar essa ótica. Instituições como a UNEB (Universidade do Estado da Bahia) e a Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) adotaram o sistema de cotas raciais nos anos de 2002, ou seja, 10 anos antes dessa política se transformar em um conjunto de leis do estado. As duas instituições adotaram a seguinte normativa em 45% de suas reservas de vagas para estudantes oriundos do sistema público, no qual 20% são destinados a estudantes negros/pardos e indígenas, 20% de estudantes de escolas públicas estaduais, sobre a prerrogativa de terem frequentado integralmente o sistema público e por fim, 5% para pessoas com deficiência e filhos de policiais e bombeiros mortos ou incapacitados no exercício da profissão.

Iniciativas como estas contribuem para que outras instituições pensassem na prerrogativa como discorre Felipe e Lima (2022) na formulação da agenda negra no século XXI, as duas instituições tem 22 anos de cotas implementadas dentro de seus muros exemplificando que os indicadores de qualidade educacional não caíram como discursava a elite brasileira como a democratização do acesso à universidade pública. Exemplo como essas duas instituições foram decisivas para que os debates acerca da temática se expandissem para todo o território brasileiro, no qual movimentos sociais e professores universitários destacam a importância de coletivizar esse espaço que foi durante muitos anos restrito às populações periféricas. Ações afirmativas tem o intuito de serem políticas de alcance e de mobilidade social, os autores discorrem que não é apenas necessário a entrada desses (as) jovens ao ambiente acadêmico, mas criar mecanismos para que eles permaneçam nele, diversificando o perfil universitário e demonstrando que este espaço não é estrito o ideal branco/burguês.

RACISMO ESTRUTURAL: A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO DESTA TEMÁTICA

Embora este não seja o eixo principal deste trabalho, é preciso discorrer sobre esta temática devido à sua relevância para se entender porque o sistema de cotas raciais sofre tanta resistência da sociedade do mérito. A temática ataca vetores sociais, a fim de disseminar a sua desigualdade visando o afastamento de pessoas negras e periféricas de espaços em que a elite considera serem única e exclusivamente seus. Almeida (2019) destaca que o racismo assume várias faces, entre elas a concepção individualista que fomenta a visão de meritocracia, pela propagação da ideia utópica de democracia racial, no qual quando praticamos atitudes ou prática racistas é buscado atrelar essas adversidades aos sentidos moralistas que são “homens de bem” ou tem “amigos negros” e que entendem que os mesmos tem a mesma oportunidade de estarem em espaços como a academia, não havendo o entendimento de que a problemática possuem raízes estruturais e que pessoas partes de lugares e condições diferentes em busca do mesmo objetivo. Gerando posições individualistas e ganham o imaginário popular por esvaziar problemas e serem uma suposta “solução” para a desigualdade, pregando que cada indivíduo possui condições igualitárias de ocupar os mesmos espaços.

Charles W. Mills (1997) destaca que o projeto da supremacia branca é um arcabouço político não verbalizado, porém traz consequência sanguinárias apenas a uma parcela da população. Destacando que as teorias criadas por grande pensadores como Marx (2013) , possuem uma relevância ímpar mas não tinham um objetivo de desembranquecer o poder. Sendo relevante dissertar que o autor considerava que Marx, tinha projetos ligados a classe trabalhadora no poder, porém o sociólogo entendia que era preciso mais. Em uma luta unificada é preciso entender que existem especificidades, ou seja, não podemos perpetuar até na classe trabalhadora que é fonte de resistência, apenas homens brancos. É preciso ter em mente que líderes precisam emergir de todos os espaços em que o coletivo popular está presente. Não fragmentando a luta, mas a deixando mais plural e pertencente a um todo.

Entender o histórico das lutas é ter a percepção que o racismo estrutural também está presente, Mills (1997), salienta que o contrato social abarca o nós (povo em suas multiculturalidades), mas as pessoas que eram considerados cidadãos naquela época (os brancos), portanto se torna um contrato racial à medida

que considera que os coletivos a se mobilizar deveriam partir por encabeçamento da branquitude. Não é objetivo desta reflexão trazer visões anacrônicas da teoria marxista, porém haja vista que as teorias precisam ser atualizadas, considera-se necessário que a atualização do “nós” seja reformulada. Para que pessoas negras/pardas encabezem com criticidade movimentos de resistência às óticas capitalistas e não sejam apenas massa de resistência física mas também intelectual em espaços como a academia e plenários políticos. Sobre o contrato racial o autor destaca que:

O contrato racial, então pretende ser uma ponte conceitual entre duas áreas que estão segregadas demais uma da outra: por um lado, o mundo das correntes dominantes (isto é, brancas) da ética e da filosofia política, preocupadas com as discussões de justiça e direitos em abstratos, e por outro lado, o mundo do pensamento político nativo americano, afro-americano e terceiro quarto-mundista, historicamente focado em questões de conquistas, imperialismo, colonialismo, povoamento branco, direito a terra, raça e racismo, escravidão, *jim crow*, reparação, apartheid, autenticidade cultural, identidade nacional, indigenismo, eurocentrismo etc. (Mills, 1997, p. 36).

A contemporaneidade traz a emergência de discussões de temas que causam o adoecimento a indivíduos. Em contrapartida neste meio tempo a elite também se movimentou levando o racismo também ao âmbito institucional. Bento (2022) discorre que durante a sua pesquisa de doutorado a pesquisadora teve a concepção que o recrutamento de pessoas negras era permeado pelo mito da neutralidade, no qual a mesma destrincha partindo do ponto de partida dos recrutadores falsearam as suas práticas racistas às transformado no complexo de inferioridade e os colocam caricatamente em pessoas pretos e pretas os colocando permanente na política do mérito. Os culpabilizando pelos cargos de subalternidade no qual os mesmos são submetidos e privilegiando a branquitude a se perpetuar nestes espaços que são mais nobres dentro da hierarquia empresarial. Sobre esse prerrogativa a autora salienta que:

Os negros são vistos como invasores do que os brancos consideram seu espaço privativo, seu território. Os negros estão fora de lugar quando ocupam espaços considerados de prestígio, poder e mando. Quando se colocam em posição de igualdade, são percebidos como correntes (Bento, 2022, p. 74).

Acerca da institucionalização do racismo, Almeida (2019) destaca que assim como o racismo produz práticas individuais, ele também pode atuar de maneira coletiva, ditando óticas e comportamentos de instituições que baseadas em uma

hierarquização de raças expõem práticas ligadas ao racismo. Um contraponto interessante com a teoria de Bento (2022), os dois autores batem na tecla da sociedade do mérito como precursora atual dessa prática. A grosso modo que a branquitude não parece muito disposta a dividir o espaço que foi dela durante séculos com a população negra. Mills (1997) ressalta que o contrato racial discute justamente essas rachaduras que o racismo acaba deixando sem sua estrutura, mas discorre que essas mesmas imperfeições são rapidamente corrigidas a fim de manter a estrutura vigente. Focalizando que não é vontade da elite uma nova construção de uma nova estrutura, mas sim apenas reparar a mesma que vigora com pequenos espaços cedidos a população negra, mas que rapidamente podem ser tomados a medida em que o “inquilino” vislumbrar ser dono de um imóvel na pirâmide social.

Ribeiro (2019) é vista por muitos intelectuais da academia como liberal por entender que a população negra pode ascender socialmente e sair do lugar apenas da reação. Quando no livro "O que é lugar de fala?", publicado no ano de 2019 a autora destaca que é interessante mexer com o imaginário popular quando a mesma realizou uma campanha publicitária para a *Prada* e foi muito questionada pela grande mídia. Ao ser questionada no podcast “Lugar de escuta” sobre o ocorrido a mesma proferiu a seguinte frase: “durante muito tempo as mulheres brancas apareceram em campanhas publicitárias e eram vistas como representantes de todas as mulheres, agora por que todas as mulheres não podem se sentir representadas quando é um mulher negra a ocupar este espaço?”. Diante dessa problematização que a filósofa destacou foi tentado entender por que a branquitude vê com tantos maus olhos a entrada da comunidade negra nos espaços que foram teus, já é sabido que a concorrência assusta mas sabemos que dividir esses ambientes conosco é visto como demérito pelos mesmos, pois, eles sempre colocam empecilhos para desocuparem estes espaços. Se tratando de uma política de manutenção de privilégios, status social entre outros.

Não seria um apego afetivo, pelo contrário é objetivo da elite manter a população negra no contexto que Vergés (2019) define ser “invisíveis, eles abrem a cidade”, conceito que a autora discorre no entendimento que a população não se dá conta da maioria dos espaços sociais como hospitais, centros comerciais e universidades ou privados como as suas residências que estamos inseridos foram limpos ou abertos por indivíduos negros. Sendo, em sua ampla maioria escrachante

constituída por mulheres negras, no qual as mesmas limpam incansavelmente esses espaços e não usufruem desses ambientes. Não sobra tempo para cuidar de sua própria realidade e delas mesmas. Diante desta prerrogativa a autora discorre que o capital cria essa realidade de trabalhos invisíveis e vidas descartáveis. Nesse sentido a mesma ressalta que:

Por outro lado, o capitalismo produz inevitavelmente trabalhos invisíveis e vidas descartáveis. A indústria da limpeza é uma indústria perigosa para a saúde, em todos os lugares e para aquelas e aqueles que nela trabalham. Sobre essas vidas precárias e extenuantes para o corpo, essas vidas postas em perigo, repousam as vidas confortáveis das classes médias e do mundo dos poderosos (Vergés, 2019, p 25).

É nítido a percepção que o racismo permeia todas as relações sociais, não estando restrita ao campo das relações informais. Ela está presente nas estruturas que regem a sociedade capitalista, a fim desmascarar as desigualdades que o capital produz Almeida (2019) destaca a acerca do paralelo entre o racismo e a meritocracia, um sistema criado pelos donos dos meios de produção para omitir a radicalização que as relações humanas se constituíram ao longo da história. O objetivo desse contexto é atrelar as problemáticas da falta de pessoas negras em espaços elitistas como deméritos próprios dessa população, um discurso que ganha força principalmente com a ascensão das redes sociais, um terreno que se não for bem gerido se torna uma espaço infértil e raso. Destilando ódio e discursos cobertos por esvaziamentos e que perpetuam o mesmo biótopo de ser humano nos espaços de poder que são homens brancos e de origem oligárquica.

Partindo desse ponto de vista, Almeida (2019) descreve que o estado ele constituído em seus aspectos basilares por um ótica racista, ou seja algumas de suas representações se manifestam de maneira velada (como a linguagem por meio de expressões racistas produzidas inconscientemente) ou até mesmo de maneira truculenta (como a violência policial), fruto de um estado punitivo que compreende a violência como forma de pacificar e docilizar a população. Diante dessa perspectiva é descrito pelo autor que um dos antídotos de combate a essa medida é justamente os direitos em vários âmbitos da nossa sociedade, oriundo de políticas públicas que verdadeiramente ataquem pontos fulcrais dessa desigualdade, eixos esses como o acesso, uma questão exemplificadora que resume a importância da política de cotas raciais.

Porém esta questão não deve se resumir apenas na entrada dos indivíduos nesses espaços é necessário o entendimento que é preciso criar mecanismos de permanência desse indivíduos nesses ambientes como políticas de financiamento, moradia e alimentação algo que o estado neoliberal não compactua, afinal a política do fazer mais com menos é justamente para perpetuar o mesmo padrão nos espaços de poder (Almeida, 2019).

O processo de inferiorização das raças foi aprofundado em um viés escravocrata que durou mais de 400 anos Tenório e Gasparin (2020) destacam que a discriminação foi algo naturalizado, colocando acima dos próprios ideais de humanidade, divagando no contexto do que é ser ético socialmente pouco se discutindo a criação e manutenção de uma sociedade permeada em um viés de pessoas “superiores”, estas que detém o monopólio estatal e os meios de produção em seus domínios e os “inferiores” no qual em sua maioria esmagadora são compostos por pessoas negras (as) e moradores de agremiações periféricas são vistos e objetificados como meios do capital funcionar no qual os mesmos são submetidos a rotinas degradantes para entregar essa demanda, os afastando de estabelecimentos educacionais e criando-se a necessidade de pensar mecanismos para se desenvolver uma educação antirracista.

Para de construir uma educação que corresponda a aspectos basilares anti-racistas é necessário que sejam revistos discursos que propagam que problemáticas raciais estão único e exclusivamente a cargos de pessoas negras lidarem com esses questionamentos, algo de uma forma escancarada exime o corpo branco, sendo esse um dos principais responsáveis por essa problemática de entender o quão violento é está neste estado constante de discriminação. Diante disso, Robin Diangelo (2020) destaca que existem desafios acerca de abordar questões raciais com a branquitude, neste sentido a autora salienta que sua proposta é que todos comecem a ouvir melhor, estabelecendo diálogos honestos e que realmente enalteça a ótica atual reagindo positivamente e criticamente com questões envoltas ao amadurecimento da criação de uma educação antirracista e tentando se colocar no lugar do outro.

Não basta apenas sustentar visões liberais ou condenar os racistas nas redes sociais é preciso tratar dessas questões presencialmente de forma combativa. A mudança realmente se iniciará com a conscientização e o apoio de pessoas que reconheçam os seus privilégios e entendam que políticas ligadas à meritocracia são

vetores fundamentalistas e que nada representa um viés real e sim um enredo ilusório e alienador (Diangelo, 2020).

Para finalizar esta sessão foi necessário se apropriar das visões que Ribeiro (2019) propagou que naquele foi o livro mais vendido no ano de 2020 que foi o “ O manual antirracista”, um diálogo potente carregado de um viés didático que nos faz entender quais são os mecanismos para se tornar um indivíduo antirracista. Algo que não se limita a posts e curtidas em redes sociais, sendo necessário um trabalho que seja seguido de ações intencionais.

Entre essas ações a autora destaca que é preciso informar-se sobre o racismo, porém não de uma maneira caricata, mas como algo complexo e profundo, no qual a mesma se propõe a entender que o racismo no Brasil, não assume apenas facetas escancaradas mas também com ilações acerca de uma suposta democracia racial, Diante disso Ribeiro (2017) discorre que:

É verdade que o Brasil é diferente, mas nada é mais equivocado do que concluir que por isso não somos um país racista. É preciso identificar os mitos que fundam as peculiaridades do sistema de opressão operado aqui, e certamente o da democracia racial é o mais conhecido e nocivo deles. Concebido e propagado por sociólogos pertencentes à elite econômica na metade do século XX, esse mito afirma que no Brasil houve a transcendência dos conflitos raciais pela harmonia entre negros e brancos, traduzida na miscigenação e na ausência de leis segregadoras (Ribeiro, 2017, p. 07).

É necessário entender que o capital tenta cercear o pensamento negro de múltiplas formas, diante dessa afirmação Ribeiro (2019), propaga que é essencial o processo de ler autores negros, afim de de constuir apenas os corpos brancos como sujeitos de pesquisa, devendo reconhecer o papel da negritude nesses espaços. A autora destaca que os apagamentos ao conhecimento negro são inegáveis, no qual é referenciado Nascimento (1978) para se entender que o genócidio não se desenha apenas pelas facetas da morte, mas buscam beber das fontes da aniquilação de um povo, seja moralmente, culturalmente e e epistemológicamente.

Diante disso Ribeiro (2019) define que este apagamento contribui significativamente para o escasso debate das perspectivas negras em debates públicos ou em outros vieses ligados aos vetores sociais, mas a mesma alerta que somos a maioria de indivíduos que compõe a sociedade brasileira ou seja é relevante cobrar que esses escritos sejam expostos, debatidos, estudados e citados em espaços como a Universidade, sendo esse um campo que é dito como o ambiente da intelectualidade. A autora salienta que:

A importância de estudar autores negros não se baseia numa visão essencialista, ou seja, na crença de que devem ser lidos apenas por serem negros. A questão é que é irrealista que numa sociedade como a nossa, de maioria negra, somente um grupo domine a formulação do saber. É possível acreditar que pessoas negras não elaboram o mundo? É sobre isso que a escritora Chimamanda Ngozi Adichie alerta ao falar do perigo da história única. O privilégio social resulta no privilégio epistêmico, que deve ser confrontado para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder. É danoso que, numa sociedade, as pessoas não conheçam a história dos povos que a construíram (Ribeiro, 2019, p. 61).

Diante de tudo que foi exposto nesta seção é relevante salientar que o racismo estrutural é preciso ser combatido com ações concretas, através de políticas de mobilidade social, como é a política de cotas raciais e como ela deve ser entendida. As práticas racistas são conjunturas segregatórias que trazem com as mesmas adoecimentos. Porém é preciso resistir e questionar a cultura que nos é introduzida a todo custo, o ainda embranquecimento de espaços sociais como os meios políticos e monetários para que as críticas ganhem força e aporte teórico para se tecer críticas contundentes ao capitalismo que é um dos maiores se não o maior produtor de racismo existente (Ribeiro, 2019).

COTAS RACIAIS NA UEM : GESTÃO, IMPLEMENTAÇÃO E PERMANÊNCIA

Para desenvolver essa sessão ficará nas reflexões acerca das cotas raciais, foi decidido olhar para autores que não só escrevem acerca da implementação do sistema de cotas na Universidade Estadual de Maringá, mas também que experienciam na prática os benefícios que essa política proporcionou a todas que ela contemplou. Diante dessa prerrogativa inicial é relevante destacar as contribuições de Felipe e Lima (2022) acerca da temática no qual os mesmos produziram um livro que explicita as nuances que perpassou a UEM antes da implantação do sistema de cotas raciais, além de Martins (2022) que em sua dissertação de mestrado no Universidade Federal do Paraná tratou da questão de maneira brilhante e no qual o título em questão é “A UEM VAI FICAR PRETA!”: ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE COTAS PARA PESSOAS NEGRAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ “.

O ano era 2019, um período que gostaríamos de lembrar com orgulho e satisfação da vitória do povo negro e dos movimentos sociais que foi a implantação das cotas raciais na Universidade Estadual de Maringá, a portaria N°

1025/2019 traz consigo escritos carregados de histórias que se materializaram através de seus informes, sonhos foram passíveis de se realizar por meio desta política. A academia com vieses muitas vezes dominados pelo capital viu-se obrigada a ceder espaços a quem sempre a mesma fez questão de negar, mesmo sendo 54% da população brasileira o espaço acadêmico se fez resistente a entender corpos negros e pardos como sujeitos de conhecimento e não apenas objetos de pesquisa como prega Ribeiro (2019). Diante disso, outra vitória que o documento traz em seus escritos são as comissões de heteroidentificação pois, é uma maneira eficaz de garantir que verdadeiramente pessoas negras ocupem esses espaços, lutando contra supostas fraudes que podem ser ocasionadas, nesse sentido, no artigo 17 da portaria é destacado qual será as atribuições das comissões:

Art. 17. A Comissão de Aferição dos Candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos) terá como atribuição: I - analisar a documentação e autodeclaração dos candidatos que optaram pelo Sistema de Cotas para Negros, considerando os requisitos e critérios especificados no regulamento específico; II - emitir parecer de deferimento ou indeferimento das matrículas dos candidatos do Sistema de Cotas para Negros; III - solicitar ao DAA a disponibilização das vagas referentes aos casos de matrículas não homologadas, observados os respectivos prazos de recurso. IV - publicar Edital de Homologação das matrículas dos candidatos cotistas autodeclarados negros; V - apreciar os pedidos de reconsideração dos candidatos cotistas autodeclarados negros referente à não homologação da matrícula; VI - apreciar os requerimentos de questionamentos referentes ao enquadramento e atendimento das normativas pertinentes aos candidatos concorrentes do Sistema de Cotas para Negros; VII - notificar os candidatos quanto aos questionamentos apresentados referentes a ele, analisar a defesa e documentação apresentada pelos candidatos questionados e deliberar sobre a procedência dos requerimentos; VIII - publicar Edital de Resultado dos Recursos referentes à não homologação de matrícula e aos requerimentos de questionamentos (GRE-UEM, 2019, p.3).

É descrito por Felipe e Lima (2022) que para se materializar a construção do sistema de cotas eficiente e que abarque realmente todas as demandas com intencionalidade é necessário a criação de uma “agenda negra”, pois é descrito pelos mesmos que a implementação deste sistema de mobilidade social trouxe uma série de recusas da elite colonial que possui o intuito de perpetuar corpos negros em estado de vulnerabilidade social. Diante dessa prerrogativa é possível discorrer que a Lei 12.711/2012, que instituiu a obrigatoriedade das cotas raciais nas instituições federais de ensino, contribuiu significativamente para que essa iniciativa de alastrasse para as academias estaduais, entendo que era preciso romper com essa ótica capitalista e utópica da democracia racial, ou seja, democratizar verdadeiramente os espaços de ensino superior. Desenvolvendo recursos e ações

que ataquem a política do mérito e entendam que pessoas partem de espaços econômicos e sociais diferentes e isso precisa ser trabalhado de maneira crítica diante de nossa sociedade, a fim de romper a ótica colonialista imposta pelo capital.

As ações afirmativas que são caracterizadas por serem ações que visam atender grupos que historicamente são vulnerabilizados, Daniara Martins (2022) em sua tese discorre que as medidas foram tomadas tardiamente em comparação com outras instituições do país. A autora destaca que houve a necessidade de intensos debates que permearam até as políticas de cotas no estado paranaense. Acerca do sistema que a UEM adotava antes de 2019, que era o sistema de cotas sociais, destinados a estudantes que estudaram integralmente em escola pública, a mesma faz um recorte interessante quando define esse sistema como “social sem raça”. Ela chegou a essa definição por fazer um paralelo encantador sobre formação histórica do município de Maringá, demonstrando que por trás do discurso de cidade modelo, esconde em sua formação basilar ideais racistas que se ancoram em desigualdades de espaços como a própria universidade. Destacando que o seu modelo de infraestrutura foi criado em hierarquização de classes sociais impactando sobre as populações que ocupam o centro da cidade e as mesmas que ocupam os espaços periféricos. Diante desse apanhado a autora destaca que:

Logo, entende-se que o espaço urbano em Maringá foi construído com base na estratificação socioeconômica, produzindo uma segmentação espacial alicerçada na hierarquia de classes sociais. Mais do que um planejamento habitacional orientado pelas distintas funções desempenhadas pelos moradores, Maringá teve em seu plano inicial um mecanismo de segregação fundamentado no maior ou menor poder aquisitivo de seus habitantes, gerando, dessa forma, um fenômeno de “periferização da pobreza” (RODRIGUES, 2004, p. 35). Importante salientar ainda que Maringá passou, durante a década de 1970, por um processo de desfavelamento, pelo qual houve a migração compulsória da população pobre do centro da cidade para os bairros periféricos e municípios vizinhos (ARAÚJO, 2005; SOUZA, 2018). Esse processo reflete as práticas administrativas higienistas e elitistas que orientaram a formação do espaço urbano da cidade e cujos resultados são visíveis até hoje (Martins, 2022.p. 80).

Entender a história da formação de um município se torna relevante para entender quais devem ser as direções das criações das ações afirmativas, os movimentos que lutaram pela implantação do sistema de cotas raciais na UEM esperariam ou experienciaram de perto essa desigualdade, os dando aporte de vida por discorrer acerca da relevância que ação afirmativa poderia representar em âmbito acadêmico. Ribeiro (2019) salienta que precisamos ser anti-racistas e que

isso não pode se resumir apenas a população negra, pois é papel da branquitude reconhecer os seus privilégios e pessoas na hierarquização capitalistas partem de lugares e realidades diferentes para alcançarem os seus objetivos. E que muitos saem em uma desvantagem latente só por serem quem são. Ou seja, ser contrário a ações afirmativas significa fazer um recorte da sociedade raso e propaga um discurso extremamente atrelado a essa política do mérito que adoce as pessoas e muitas vezes os fazem tomar medidas extremas para terem o mínimo em seus lares.

Martins (2022) enfatiza que o alto custo de vida em Maringá é um dos empecilhos a população pobre continuar nos limites do município, no qual a autora destaca ser relevante desconstruir essa imagem de cidade modelo e entender que o viver bem que é pregado como propaganda da cidade é restrito a uma parte da população apenas. Diante desse cenário fica nítido qual o perfil socioeconômico e étnico que frequenta a UEM se correlacionando com a branquitude. Em que houve a necessidade de mobilizações acerca de 2019 para mudar essa realidade. Porém ações afirmativas por si só não são eficientes se não vierem através de medidas que amparem essas políticas. Como essa sessão pressupõe ela precisa vir permeadas de ações, implementação e permanência nesses espaços para essas ações sejam fortalecidas e consigam de fato ser significativas na vida de estudantes negros e negras.

No campo das **ações** é destacado por Felipe e Lima (2022) que é preciso estabelecer para um campo de debate decolonial, destacando como necessário compreender o quão são beneficiárias as ações afirmativas a população negra, entendendo que a sua implementação vem com a funcionalidade de incluir e oportunizar a ocupação de espaços que antes eram negados a esses indivíduos, no qual os autores discorrem que essas políticas podem atuar em diferentes âmbitos. Sejam oriundos de desigualdades e apagamentos que são oriundos da história ou de demandas que surjam para produzir cerceamento na contemporaneidade. Os autores destacam que existem 4 fundamentos que justificam a criação e a implementação de políticas afirmativas. A primeira se intitula como justiça compensatória, no qual a mesma se origina por reparar as adversidades oriundas do passado. O segundo é destacado como justiça distributiva, no qual o ideal dessa definição é distribuir de uma maneira coerente os bens socialmente recolhidos. Já a terceira opção é destacada como o reconhecimento de uma pluralidade social ou seja de sujeitos que compõem a nossa dinâmica de vivência

em comunidade. Por fim, é destacado o reconhecimento das identidades, necessitando que haja justiça na hora do reconhecimento a esses grupos marginalizados para que se efetive de fato políticas de impacto de mobilidade economicamente, socialmente e culturalmente.

No campo da **implementação** Felipe e Lima (2022), destacam que movimentos sociais foram organizados em torno desta demanda necessária para que o sistemas de cotas raciais fossem implementadas em todos o país, no qual o mesmo destacam que não é apenas a criação da política é necessário que se criem mecanismos de ampliação e de continuidade da temática, buscando formas de se discutir a temática das relações étnico raciais em âmbito acadêmico, criando-se verdadeiramente uma agenda articulada e que realmente desconstrua uma estrutura que está montada para privilegiar a branquitude como Gonzalez e Hasenbalg (1982) destacam, rompendo com a ideia errônea de que os brancos são o perfil social “ideal” para ocupar certos espaços, seja o modelo estético e se seguir e como detentor majoritário de espaços como cargos de chefia questões ligadas ao trabalho, ou a questões políticas e os ambientes destinados a educação como a academia. Para se chegar de fato a uma implementação coerente é necessário desconstruir a ideia de que o racismo é um mero comportamento individual de uma determinado ser humano ou de uma corpo social e sim uma ação coletiva que visa perpetuar corpos negros em lugares de subalternidade e vulnerabilidade. Diante da construção de uma agenda negra os autores destacam que:

Construir uma Agenda Negra a partir das demandas suscitadas pelos movimentos negros requer uma reunião conjunta de esforços, envolvendo não apenas o destaque quanto à importância desta agenda, focalizada em desestabilizar e fraturar o racismo e como ele se manifesta na sociedade, como possibilita aos atores/as negros/as aperfeiçoar as estratégias de luta coletiva galgando um lugar de visibilidade junto ao gerencialismo público, local em que as relações de poder são estabelecidas e onde ocorrem, de fato, a tomada de decisões (Felipe; Lima, 2022, p. 37).

Por fim, é descrito aspectos que interligados a **permanência** dos acadêmicos no ambiente universitário, pois como descreve Felipe e Lima (2022), não está ligado apenas a uma questão de entrada desses jovens no ensino superior, sendo necessário a criação de mecanismos que permitam que os mesmos permaneçam nesses espaços e consigam verdadeiramente ter acesso aos três elementos que formam o tripé da universidade pública, que seria o ensino, a pesquisa e extensão. Os autores destacam ser relevantes a criação de ações afirmativas para serem

pilares ao sistema de cotas, que sozinho não consegue atender todas as demandas de jovens periféricos na educação superior. E não é uma falácia destacar que esses jovens necessitam de auxílios financeiros para sobreviver no espaço acadêmico, como auxílio alimentação, transporte e até mesmo moradia, afinal, fazendo aqui uma reivindicação pertinente contra a atual reitoria que preside a Universidade Estadual de Maringá, foi uma de suas proposta a retomada da construção da casa do estudante no campus sede, iniciativa esta que não foi retomada pelos mandatários e que seria uma política extremamente relevante a jovens que são de cidades vizinhas contribuindo para deixar menos desafiador o caminho de acadêmicos negros e negras até o tão sonhado diploma.

Ademais, ainda no campo da permanência é necessário que ações afirmativas sejam vistas pelos atores sociais como um objeto de luta necessário e fomentador de cidadania à população negra. Destacando o seu poder de mobilidade social a classes marginalizadas historicamente pela sociedade frente a elite branca burguesa, destacando que é preciso reconhecer desigualdades raciais históricas promovidas pela sociedade brasileira ao longo da história. E relevante exemplificar que Felipe e Lima (2022) dissertam em seus escritos que é de tarefa de reitorias e pró-reitorias de universidades criarem documentos e projetos que tange a temática de uma agenda negra, entendo que é preciso criar mecanismos para que esse aluno verdadeiramente possa permanecer no espaço físico e intelectual da academia. Sobre a universalização do conhecimento na acadêmia os autores destacam que:

A inserção de pessoas negras nas universidades por meio das cotas raciais significa para os sujeitos de direitos desta política uma possibilidade real de alcançar uma diversidade de conhecimento e, além disso, de gozar de todas as possibilidades que o espaço acadêmico superior pode proporcionar. Com nível superior completo, as chances de admissão nos melhores postos no mercado de trabalho são muito maiores. Numa sociedade estratificada como a nossa, as chances de ter uma vida com melhores condições econômicas ou romper ciclos intergeracionais de pobreza passam pelas possibilidades e oportunidades de acessar a educação de nível superior. (Felipe; Lima, 2022, p. 56).

Martins (2022) destaca que o dia 20 de novembro de 2019 foi uma data histórica para todo o coletivo negro dentro da Universidade Estadual de Maringá, foi possível perceber na leitura de sua tese uma mistura de sentimentos sublimes uma mistura de nervosismo e esperança frente a uma votação e a posteriori viera ser a transformação social inegável a todo o movimento negro paranaense. Um momento de celebrar uma conquista que desafia uma ótica exploradora e opressora que não

foi capaz de resistir a um coletivo que organizou e de uma forma pedagógica, didática e contra-hegemônica mostrou a comunidade universitária que compõe a UEM a importância de ouvir e dar voz a quem historicamente se viu apagado e silenciado pelo capital. Deixo aqui um escrito que Martins (2022) colocou essa sua tese, pois não há uma emoção maior de explicitar o sentimento de quem estava presente nesse dia histórico e o que nos ajuda a sustentar que nessa data históricas puderam ser mudadas em seu presente e futuro:

Instantes após o enunciado do reitor, o auditório foi tomado pelo som de choros, gritos, risos e palavras de ordem. As emoções compartilhadas pelas pessoas negras naquele momento são impossíveis de serem descritas ou explicadas neste texto. O sentimento de orgulho se fundiu ao alívio resultante do término de uma luta de quase vinte anos, a qual foi passada por mais de uma geração do movimento negro maringense. Observando as reações estampadas nos rostos daqueles que participaram desse momento foi possível compreender que se tratava de um feito histórico, que ressoaria não apenas na população negra ali presente, mas principalmente na geração futura (Martins, 2022, p. 180).

É de suma importância reconhecer que essa luta foi um resultado de muitos anos de empenho e dedicação do movimento negro em Maringá, pessoas que não desanimaram frente as adversidades que lhe foram postas e puderam graças a sua resiliência, e espírito libertário proporcionar que hoje este texto pudesse ser escrito e apresentado no curso de pedagogia no ano de 2024. Martins (2022) foi cirúrgica quando dissertou em sua tese que a luta desse grupo de indivíduos não se materializou de uma maneira linear, a autora destaca que desde de 2004 o coletivo se mostrava disposto a lutar por um processo verídico de democratização do espaço universitário, no qual a mesma tem uma opinião potente em dizer que a história da implementação do sistema de cotas na universidade estadual de maringá foi na contramão da história dessa política no Brasil, sendo possível a sua materialização na realidade atual pela reivindicação, luta e suor dos movimentos sociais maringenses . Que não aceitaram ser cristalizados pela branquitude e se tornaram sujeitos de sua própria história, a todos que participaram desse dia histórico deixamos aqui os nossos agradecimentos por tornarem possível que pesquisas como essa chegassem à UEM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar do presente trabalho de conclusão de curso, é com gratificação que estamos chegando a essa seção, um momento de entender que o percurso da população negra na sociedade brasileira, foi um período de extrema repressão e apagamento histórico. Os 400 anos de escravidão foram um período de uma barbárie histórica escancarada que se orgulhou de derramar litros infinitos de sangue negro, em contrapartida os mesmos eram responsáveis por dar os seus corpos e carregar economicamente uma colônia se transformou em uma república oriunda da exploração do corpos negros/as. Nascimento (1978) discorre da sua linha de pensamento da utopia do “africano livre”, no qual o autor destaca que o pós-escravidão se desenvolveu uma forma racialização e produziu uma nova desigualdade oriunda do capitalismo, o sistema fabril do capital. Mas deixou uma mensagem a este autor tão relevante para o pensar social brasileiro. Que em 2024 um aluno de graduação do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Maringá pode por meio de uma luta que foi iniciada por ele, pode escrever uma vitória social da comunidade negra. Que foi possibilitada pela implementação do sistema de cotas raciais na UEM fruto da resistência do coletivo negro maringense.

Diante do que foi exposto acerca do racismo estrutural é necessário entender que a problemática se desenvolve de uma maneira coletiva sendo pautado por mecanismos que contribuem para perpetuar indivíduos em espaços de poder, ou seja, práticas racistas não se desenvolvem apenas de uma maneira individual e não devem ser olhados e percebidos como tal. Almeida (2019), destaca que desconstruir essa prática é necessário, tendo em vista que os seus meios de propagação são corrosivos e causaram e continuam causando inúmeras cicatrizes à população negra. Diante do que foi exposto, é de suma importância a ocupação de espaços políticos e sociais por parte dos corpos negros, pois é necessário que se tenha o entendimento que o racismo ataca diferentes âmbitos de nosso convívio social, além de manifestações individuais e também em espaços institucionais. Ademais, é preciso atuar de maneira combativa frente a esse tema propondo que o processo de ensino aprendizagem atue de maneira antirracista internalizando um sentimento de contar a história que por muito tempo foi apagada, a fim de intencionalmente construir a democracia racial que tanto almejamos.

Ademais, destacamos que o sistema de cotas deu vida aos sonhos de muitos jovens negros/as a ocupar esse espaço que a muito tempo foi privilégio de um único biotipo de ser humano no caso a branquitude, Bento (2022) é brilhante em sua

análise ao discorrer que esses mesmos sujeitos privilegiados estruturaram um pacto não verbalizado, mas que os perpetuam sempre nos espaços de decisões sejam em âmbitos de trabalho, político e acadêmico. O sistema de cotas raciais rompem com essa ótica, desafiam a sociedade do mérito por justamente entender que pessoas no sistema capitalista partem de localidades diferentes e que fatores monetário e étnicos interferem diretamente na sua mobilidade social, seja ela mais facilitada com a branquitude e mais desafiadora a corpos negros. Ter dissertado sobre essa política tão relevante nos enche de esperança que não seremos os últimos e que em breve outros indivíduos estarão escrevendo o sucesso que pluralidade presente na UEM graças a essa política beneficiou a vida de jovens negros/as e consequentemente deixou o processo de ensino aprendizagem mais real a ótica brasileira.

Esta pesquisa acrescentou ao meu crescimento acadêmico/profissional por justamente me fazer ter o entendimento de que questões raciais precisam ser mais discutidas dentro dos estabelecimentos educacionais como a universidade e também a escola. A educação tem sido atacada pela sociedade da meritocracia, questão que não leva em consideração as desigualdades estruturais que estão presentes no Brasil ao longo de sua formação e que pouco focaliza a mobilidade de jovens periféricos/as a espaço como o ensino superior. Como futuro pedagogo me comprometo a continuar lutando para que meus alunos vislumbrem onde estou hoje. Lutando para que a academia seja um lugar de pertencimento e não exclusão. Buscando reivindicar cada vez mais ações afirmativas que perpassam os muros das universidades. Este que vos escreve tem um sonho da mesma forma que Martin Luther King (1929-1968) que daqui alguns anos como Martins (2022) descreve de forma brilhante em sua tese que a UEM fique “Preta” por que contrariando a ótica racista desse termo, “Se a coisa está preta” e por que ela está caminhando brilhantemente.

REFERÊNCIAS

- CIDA, Bento. **Pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 148p.
- DIANGELO, Robin. **Não basta não ser racista, sejamos antirracistas**. 1.ed. Tradução de Marcos Marcionilo. Barueri: Faro Editorial, 2020. 191p.
- FELIPE, Delton Aparecido; LIMA, Fernanda da Silva. **Cotas raciais: gestão, implementação e permanência** [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2022. 121p.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017. 160p.
- GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. 1. ed. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero, 1982. 144p.
- MARINGÁ. **Portaria nº 1025/2019-GRE**. Lei que Estabelece procedimentos operacionais referentes à implantação do sistema de Cotas para Negros (pretos e pardos) do processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação da UEM. Gabinete Reitoria. 20 de Nov. 2019. Disponível em: <https://www.cvu.uem.br/arquivos/25/06.pdf>. Acesso em: 08 Ago. 2023.
- MARINGÁ. **Resolução nº 028/2019-CEP**. Resolução que aprova a implantação de Cotas para Negros (pretos e pardos) e sua regulamentação. CEP-UEM. 20 de Nov. 2019. Disponível em: https://www.cvu.uem.br/arquivos/23/ResCEP19_028.pdf. Acesso em: 08 Ago. 2023
- MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. 912p.
- MILLS, Charles Wade. **O contrato racial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. 220p.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. 183p.
- PRUDENTE, Eunice. **Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra**. Jornal da USP, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019, 135p.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017, 111p.
- Thomaz, Daniara. **“A UEM VAI FICAR PRETA!” ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE COTAS PARA PESSOAS NEGRAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**. Orientadora: Dr. Marcos Silva da Silveira. 2022. 201f. Dissertação - Mestrado em Antropologia e Arqueologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/80773/R%20-%20D%20-%200DANIARA%20THOMAZ%20FERNANDES%20MARTINS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 out. 2024.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020. 140p.

LEITURAS COMPLEMENTARES

CARDOSO, Caroliny de Souza do Nascimento; ARAUJO, Marivânia Conceição; MARTINS, Daniara Thomaz Fernandes. Cotas raciais, movimento negro e os núcleos afro-brasileiros: o caso da UEM. **Revista Escritas do Tempo**, Marabá, v. 4, p.10-22, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/download/1838/812>. Acesso em: 22 set. 2024.

FELIPE, Delton Aparecido. A história da população negra no Brasil e os Direitos Humanos: Uma conversa necessária em tempos de intolerância. **Trilhas Da História**, Três Lagoas, v. 8, p.5-23, 2019. Disponível em: <https://www.trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/7687>. Acesso em: 22 set. 2024.

FELIPE, Delton Aparecido; CARVALHO, LÍlian Amorim. Cotas para a População Negra na Universidade Estadual de Maringá: mobilizações, implementação e desafios. **Revista ABPN**, [S.l.], v.13, p.11-37, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1234>. Acesso em: 22 set. 2024.

FELIPE, Delton Aparecido. Cotas Raciais e Comissões de Heteroidentificação como Direito de Minorias: contexto e desafios. **Revista Escrita do Tempo**, Marabá, v. 4, p. 81, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1870>. Acesso em: 22 set. 2024.

FELIPE, Delton Aparecido; RODRIGUES, Vera. Os Feitos e os Efeitos das Cotas Raciais no Brasil: avanços, desafios e possibilidades. **Revista Escrita do Tempo**, Marabá, v.4, p.4-9, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1869>. Acesso em: 22 set. 2024.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 432p.

MEDINA, Alessandra Guimarães dos Santos; ARAÚJO, Marivânia Conceição. Movimento Negro História, Importância, Realidade e Perspectivas. **Revista NEIAB - Educação, Religiosidade e Cultura nas Perspectiva das Relações Raciais**, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://dcs.uem.br/neiab/revista-neiab/artigo-10.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.